



A “TERRA” COMO MEIO DE SUBSISTÊNCIA: Uma comparação entre as quebradeiras de coco babaçu no norte do Tocantins, Brasil, e os camponeses do Distrito de Boane em Moçambique, no Sul da África

THE “LAND” AS A SUBSISTENCE MEANS: A comparison between the coco babaçu breakers in the north of Tocantins, Brazil, and the peasants in the District of Boane in Mozambique, South Africa

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
thayssuft@gmail.com

Orlando Inácio Jalane

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
ojalane@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa realiza um estudo comparativo entre as Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte do estado do Tocantins, na Amazônia Legal e os camponeses do Distrito de Boane em Moçambique, situado no Sul da África. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como finalidade conhecer os modos de vida e os meios de utilização da terra dessas duas comunidades. Em relação à metodologia utilizou – se a pesquisa bibliográfica e documental, assim como, entrevistas e registros fotográficos. Os moradores de ambas as áreas de estudo lutam e resistem para manter vivas suas tradições e modos de vida, frente à reprodução ampliada do capital sobre seus territórios por meio do trabalho coletivo, associações e cooperativas. O que vai de encontro à visão de Chayanov (1975) ao afirmar que um dos meios de resistência e sobrevivência dos camponeses enquanto classe, é por intervenção do associativismo e cooperativismo.

Palavras-Chave: Camponês/camponeses. Quebradeiras de coco babaçu no Norte do Tocantins. Camponeses do Distrito de Boane – Moçambique.

SUMMARY

This research carries out a comparative study between the Babaçu Coconut Breakers in the northern state of Tocantins, in the Legal Amazon, and the small farmer of the Boane District in Mozambique, located in southern Africa. This qualitative research aims to know the ways of life and land use of these two communities. Regarding the methodology, bibliographic and documentary research, interviews and photographic records. Residents of both areas of study struggle and resist keeping their traditions and ways of life alive in the face of the expanded reproduction of capital over their territories through collective work, and associations and cooperatives. What corroborates Chayaov's (1975) view that the small farmers have to resist and survive as a class is through associativism and cooperativism.

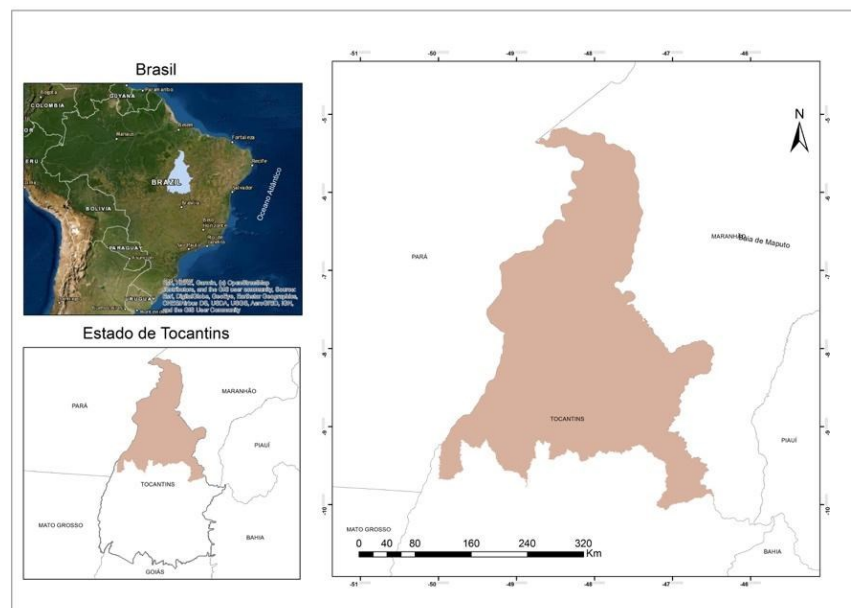
Keywords: Small farmer / small farmers. Babassu coconut breakers in Northern Tocantins. Peasants in the Boane District - Mozambique.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra, sobrevivência e o sustento familiar, não é um problema apenas brasileiro, mas mundial. As situações e desdobramentos envolvendo a questão fundiária são diversos, e na maioria das vezes conflituosos, no qual os camponeses precisam resistir frente à expansão do capital sobre seus territórios. Em tempos de globalização, o uso da terra como meio de subsistência tem se tornado um desafio cotidiano para aqueles que dependem dela.

É da terra que se produz o alimento, essencial à continuidade e existência da vida. Deste modo, tanto no Brasil quanto na África, inúmeros problemas são enfrentados no campo. Em vista disso, esta pesquisa irá comparar a realidade vivenciada pelas Quebradeiras de Coco Babaçu, no Norte do Tocantins, Brasil e os camponeses do Distrito de Boane em Moçambique, situado no Sul da África. Dois extremos separados por milhões de quilômetros e localizados em continentes distantes mais próximos pelos laços históricos, onde no extremo mais a norte da placa sul americana encontramos as comunidades de quebradeiras de coco babaçu ilustradas na Mapa 1.

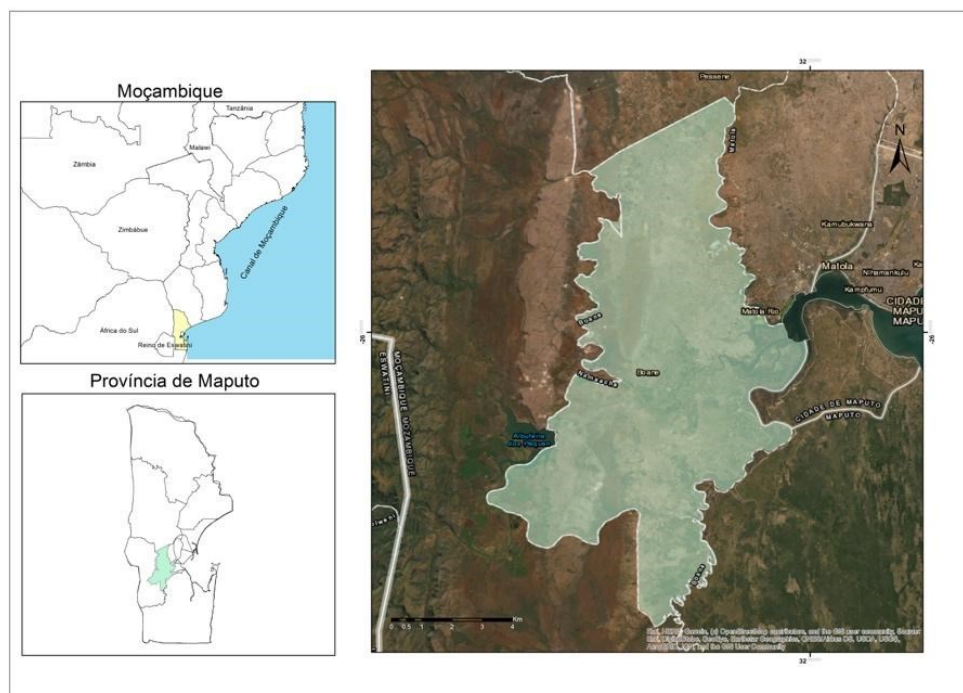
Mapa 1: Localização das comunidades quebradeiras de coco babaçu, norte de Tocantins



Fonte: elaboração própria dos autores, 2021.

No sul do extremo oriental de África fica localizado o distrito de Boane na província moçambicana de Maputo, onde se destaca a comunidade de camponeses que vem se organizando para fazer face aos novos desafios de procura de terras agrícolas por parte dos grandes latifúndios. A localização das comunidades camponesas de Boane podem ser observadas no mapa 2.

Mapa 2: Enquadramento geográfico do distrito de Boane em Moçambique, no Sul da África



Fonte: elaboração própria dos autores, 2021.

Ambas as comunidades usam a terra como meio de sobrevivência e sustento familiar. Entretanto, os interesses dos donos dos meios de produção e a reprodução ampliada do capital, tem modificado o território a sua maneira, impactando diretamente a vida da comunidade local. Ambas as comunidades se organizaram de forma coletiva para resistir à reprodução ampliada do capital sobre seus territórios.

De um lado temos o Brasil, um país que tem sua estrutura fundiária marcada pela desigualdade e concentração de terras nas mãos da minoria (latifundiários); enquanto a maioria permanece excluída e à margem do sistema capitalista. Do outro lado temos Moçambique, um país onde a terra é propriedade do Estado e não pode ser

vendida. Apesar de esses países terem estruturas fundiárias diferentes, eles têm algo em comum no campo, a resistência e a luta do camponês para garantir sua sobrevivência, modos de vida e se afirmarem enquanto classe.

Para entender a organização territorial no qual essas duas comunidades estão inseridas, foram realizadas visitas a campo tanto no norte do Tocantins (Brasil), quanto em Boane em Moçambique (Sul da África), acompanhando as quebradeiras de coco babaçu e os camponeses de Boane em um dia de trabalho. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, que busca compreender a realidade de ambas as comunidades. Este artigo está organizado em quatro subtópicos:

O primeiro “pensando o conceito de camponês”, discute o que seria o camponês e sua importância com base em Shanin (1983), Bartra Vergés (1941) e Chayanov (1974), que destacam a importância do trabalho familiar para o camponês e sua organização enquanto classe. O segundo “breves considerações sobre a desigualdade e a concentração fundiária no Brasil”, discute a concentração fundiária no Brasil de forma breve desde o Brasil Colônia, destacando os principais acontecimentos ao longo do tempo e do espaço.

O terceiro “Um olhar sobre as quebradeiras de coco babaçu no Norte do Tocantins”, concentra suas discussões em torno das quebradeiras de coco, e de suas lutas diárias para resistirem frente ao avanço da agropecuária sobre seus territórios. E o quarto “Os Camponeses do Distrito Boane em Moçambique, resistência e modos de vida”, destaca a luta dos camponeses de Boane para garantir o sustento diário da família.

UMA LEITURA CHAYANOVIANA DO CONCEITO DE CAMPONÊS

O campesinato tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores da ciência geográfica, e seus conceitos tem se transformado ao longo do tempo e do espaço.

Na compreensão sobre a importância do camponês na sociedade, Chayanov (1974) defende a relevância do trabalho familiar, como base estruturante dessa classe. Nesse caso, a família desempenha um papel fundamental na organização interna do campesinato. Para esse autor, uma das formas do camponês resistir frente ao capitalismo, seria por meio das cooperativas e/ou associações. Ele afirma que é preciso

ver o camponês como um sujeito criativo da sua própria existência, capaz de se (re)organizar, inclusive em momentos de crise.

Para Chayanov (1974) o campesinato é um modo de produção, cujas características são:

- a) a força do trabalho familiar (unidade econômica camponesa);
- b) indissociabilidade entre terra e trabalho;
- c) a pluriatividade como forma de sobrevivência em períodos de impossibilidade do trabalho agrícola.

A grande contribuição de Chayanov (1974) foi demonstrar porque o campesinato, apesar de toda precariedade enquanto economia, permanece e se reproduz como classe social, contestando a teoria da tradição marxista do desaparecimento do camponês. Para o autor, o capitalismo é uma realidade que não poder ser negada, mas que nem tudo é explicado pelas relações capitalistas de produção. É nesse sentido que Chayanov propõe uma teoria do campesinato, a partir da morfologia da Unidade Econômica Camponesa, a qual baseia-se no trabalho da família.

Seu ponto de partida é a exploração familiar sem assalariados. Dessa forma, Chayanov (1974) argumenta que o campesinato não pode ser considerado capitalista, pois não maximiza as categorias salário, renda e lucro. O que motiva a exploração camponesa é a demanda da família, ou seja, o nível de consumo. Na produção familiar, o camponês define suas estratégias, a partir de um balanço entre trabalho e consumo (esforço exigido/grau de satisfação familiar). Além da diferenciação no processo de tomada de decisão, a produção familiar possui caráter mutável de composição da força de trabalho ao longo do tempo, o que o autor chama de diferenciação demográfica.

Para Chayanov (1974), cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família.

Autores como Bartra Vergés (2011), corroboram a interpretação de Chayanov, afirmando que um dos maiores desafios contemporâneos é pensar e entender o camponês, pois esse é um sujeito heterogêneo, que na atualidade não precisa necessariamente viver no campo, mas que pode reproduzir seus costumes e modos de vida na cidade.

Nessa linha de pensamento, Shanin (1983) também explica que o camponês apresenta consideráveis flexibilidade e capacidade de adaptação, mesmo em momentos de crises. Por meio da resiliência consegue se reorganizar e crescer com a situação, adaptando-se e reproduzindo seu modo de vida. O campesinato, nessa perspectiva, não é uma realidade estática. Para esse pesquisador, o conceito de camponês refere-se a uma classe e também a um modo de vida. Enquanto classe, representam um movimento importante na luta pelos direitos e pelo acesso à terra, frente a uma agricultura cada vez mais globalizada e modernizada.

Tanto Shanin (1983) quanto Chayanov (1974) defendem a existência do camponês. Esses teóricos afirmam que essa classe continuará existindo na atualidade e que, provavelmente, continuará a existir por muito tempo. Ambos os pesquisadores afirmam que a característica de resiliência deve-se ao fato de que o objetivo maior do camponês é o sustento familiar e somente após suprir as necessidades da família é que comercializam o excedente.

A DESIGUALDADE E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

Historicamente a organização fundiária no Brasil tem como uma de suas principais características a concentração fundiária, a desigualdade social, a contradição e o conflito. De acordo com Panini (1990) o monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias (1543-1536), que foram doadas pelo Rei Dom João III aos nobres de sua confiança pelo regime de Sesmarias, iniciando a formação da grande propriedade no Brasil. Pinto (1995, p. 65) afirma que,

A ocupação do território brasileiro pelos portugueses a partir de 1500 (descobrimto) até 1822 (independência política) se dá com base na concessão de sesmarias pelos reis (ou seus delegados), aos senhores de posses vinculados à Coroa. As sesmarias, medidas em léguas (6.000 m), constituíam-se em imensas áreas de terras. A estrutura fundiária brasileira nasce, pois, sob a égide da grande propriedade rural, o latifúndio.

Segundo Panini (1990), o princípio básico da Lei de Sesmarias consistia no cultivo da terra por recursos próprios do sesmeiro, que geralmente era uma pessoa que tinha poder e capitais, tal qual os donos de negócio e os senhores de engenho. A economia nas sesmarias girava em torno da exploração e da mão-de-obra escrava. Outro momento importante na legislação que direciona as ações no campo, ocorreu em 1850

com a criação e aprovação da Lei nº 601, a chamada Lei de Terras (criada no dia 18 de setembro de 1850), que proibia a aquisição de terras por qualquer outro meio que não fosse a compra. O que contribuiu diretamente para o agravamento da concentração fundiária, pois aqueles que não dispunham de um poder aquisitivo alto, não poderiam adquirir terras, como ex-escravos, camponeses e imigrantes.

De acordo com Moreira (1990) o século XIX foi considerado o século de mudanças, dado que em 1827 ocorre a extinção do regime de Sesmarias, em 1850 criaram a Lei de Terras; 1870 inicia-se o processo migratório de colonos; 1850 há a abolição do tráfico negreiro e em 1888 ocorre à abolição da escravatura, sendo que neste período (1850-188), avança e conclui-se o processo da dissolução formal do regime escravocrata. Em 1831 (ano da proclamação da República), consolida-se o Estado Nacional que conduz a transição burguesa. O autor explica que,

O século XIX começa assim com o renascimento da agricultura e sob o esforço da agroexportação e evolui para fechar com o esgotamento do ciclo agrícola. Quatro acontecimentos pontuam portanto esse século. O nascimento e consolidação do Estado Nacional (1822 a 1840), o nascimento do mercado de terras (Lei de 1850), o nascimento do trabalho capitalista (1850 a 1870) e o nascimento do regime liberal-republicano (1889). Isto é, todas as instituições da ordem burguesa, que irão desenvolver-se no decurso do século XX. (MOREIRA, 1990, p. 26)

Os conflitos e lutas no campo ocorrem desde o Brasil Colônia, todavia no século XX os camponeses lutam frente à reprodução ampliada do capital, de forma mais organizada e coletiva, o que contribuiu para o fortalecimento e surgimento de movimentos sociais no campo. Esses movimentos constituíram-se historicamente, principalmente a partir de duas frentes, as Ligas camponesas (entre as décadas de 1940 e 1960) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado na década de 1980.

De acordo com Oliveira (2010), os camponeses lutavam pela terra e contra a exploração do trabalho, com o crescimento e fortalecimento das ligas camponesas, o Governo João Goulart criou a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) – criado em 11 de outubro de 1962 pela Lei Delegada nº 11 e regulamentado pelo Decreto nº 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962 –, órgão do governo federal responsável pela implantação de uma política de reforma agrária.

Com o objetivo de conter os conflitos no campo, que eclodiam em todo país e promover a reforma Agrária, reformou-se esta que segundo o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira na verdade nunca aconteceu. Implantou-se também o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que logo depois foram extintos e surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), subordinado ao Ministério da Agricultura) em 1970, com a Lei de nº 1.110 no dia 09/07/1970, (Pinto, 1995).

A década de 1970 é marcada pelo surgimento e fortalecimento de programas e políticas de ocupação da Amazônia Legal, como por exemplo, o Programa de Integração Nacional (PIN/1970), que tinha como objetivo construir e pavimentar rodovias de todo o país, levar redes de telecomunicações e desenvolver um programa de colonização dirigida na Amazônia, incentivando a migração de indivíduos de diversos pontos do Brasil para a região, principalmente de populações do Nordeste (Machado, 1992); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971) e outros. O PROTERRA tinha como objetivo e estratégia “[...] promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE”. (OLIVEIRA, 2007)

Essas políticas de fomento a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal contribuíram diretamente para a concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela (latifundiários, empresas nacionais e multinacionais), para o agravamento das desigualdades sociais no campo e aumentou os conflitos socioterritoriais, inclusive no estado do Tocantins.

UM OLHAR SOBRE AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO NORTE DO TOCANTINS

O estado do Tocantins faz parte da Amazônia Legal e possui uma extensão territorial de 277620,914 km², a sua porção norte localiza-se em uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, um espaço rico em biodiversidade e recursos naturais, que tem recebido um olhar de investidores nacionais e estrangeiros. É um estado que foi criado em 1988 com apoio da União Democrática Ruralista (UDR). Tem sua estrutura fundiária pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria e na

desigualdade social no campo, assim como no restante do território nacional. Lopes (2018, p. 110) afirma que:

A política de desenvolvimento do estado foi pautada para favorecer e proteger grupos econômicos, políticos e latifúndio, que por sua vez preservem a grande propriedade fundiária, com suas formas tradicionais de reprodução do capital. Forma-se, desse modo, um grande contingente de desprovidos que não têm acesso à terra, resultado da desigualdade social.

Lopes (2018) esclarece que no Estado do Tocantins a distribuição de terras para capitalistas, ocorreu com apoio do Estado, que vendeu essas terras por um valor simbólico. É um estado que também recebeu investimentos por meio de políticas de ocupação do Governo Federal, como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER), na sua terceira etapa (a partir de 1996). Este último tinha como principal finalidade produzir grãos em áreas do Cerrado.

De acordo com Reinaldo (2016), os investimentos oriundos do PROTERRA eram utilizados na compra de cabeças de gado, construção de cercas e de currais nas propriedades rurais, sobretudo nas grandes propriedades. O Tocantins é um estado que tem se destacado no desenvolvimento de projetos agropecuários e agroindustriais, e muitos desses projetos destacam-se não apenas em uma escala local e regional, mas também nacional e internacional. Dentre tais projetos podemos citar: o Projeto Javaés e o Projeto Rio Formoso, nos municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão; Projeto Sampaio, nos municípios de Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis; projeto Gurita, em Itapiratins e outros. É um estado que já se destaca inclusive, na exportação de soja internacionalmente.

Essa modernização no campo e a expansão da Fronteira Agrícola no Norte do Tocantins causaram não apenas impactos ambientais, mas também tem modificado a vida da população local, que muitas vezes precisam migrar para a cidade ou buscarem outras formas de trabalho, a fim de garantir o sustento da família. Muitos camponeses acabam se desterritorializando e tendo seus modos de vida transformados devido essa nova reorganização do campo, que tem atendido aos donos dos modos de produção. Pois,

[...] o estado do Tocantins tem se preocupado com a produtividade agropecuária destinada ao mercado internacional, enquanto maioria da população do campo é obrigada a deixar suas terras para trabalhar para os grandes proprietários. Essa realidade mostra que o estado sempre foi um local de estratégias econômicas voltadas para a expansão de grande propriedade com práticas ao mesmo tempo inovadoras e arcaicas, na medida em que nega a cultura de um povo, criando novos conceitos por meio do medo e da submissão. Ora, nessa fronteira, o camponês e o pequeno trabalhador representam para o proprietário uma mão de obra barata, capaz de trazer benefícios almejados entre eles a formação das fazendas para produção e produtividade (LOPES, 2018, p. 111).

No extremo norte do Tocantins, situa-se uma região denominada de Bico do Papagaio, um local diverso, rico em fauna e flora, que tem enfrentado inúmeros conflitos no campo. Visto que, trata - se de uma área de expansão da fronteira agrícola, onde a modernização da agricultura tem reorganizado o território para atender a reprodução ampliada do capital. Em relação à fronteira agrícola, Huertas (2009) afirma que sua existência está diretamente ligada a mecanização e industrialização no campo. No caso do Bico do Papagaio, investidores nacionais e estrangeiros têm investido na região, inclusive nela já se encontra uma grande produção de eucalipto que abastece o mercado nacional e internacional na produção de carvão e celulose conforme aponta dados disponibilizados o site oficial das empresas Suzano.

A expansão da Fronteira Agrícola no Bico do Papagaio pode ser percebida ainda, devido a introdução de empresas multinacionais no campo, como por exemplo, a Suzano Papel e Celulose, Cargill, Bunge e outras. Nesta região, além da produção do eucalipto, destaca-se a produção de soja e a criação de gado para abate, recria e engorda. É um espaço, contraditório e complexo de conflitos e jogos de interesse.

Em relação à produção de eucalipto no Norte do Tocantins, a Quadro 1, feita com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta os municípios dessa região que já produzem o eucalipto.

Quadro 1: Produção de eucalipto no Norte do Tocantins

Municípios	Produto	Área total (ha)		Área colhida (há)	
		2017	2018	2017	2018
Araguatins	Eucalipto	2.195	2.965	317	2.195
Itaguatins	Eucalipto	222	222	0	0
Cachoeirinha	Eucalipto	683	683	0	0
Angico	Eucalipto	2.212	2.017	1.790	508
Riachinho	Eucalipto	724	388	343	0
Palmeiras do Tocantins	Eucalipto	1.481	1;001	1.161	0
Pau D’Arco	Eucalipto	0	2	0	0

Fonte: Sidra, IBGE. Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista. Junho de 2019.

Boa parte dessa produção de eucalipto é destinada a cidade de Imperatriz - MA e de lá é enviada a outros locais, inclusive para o exterior. Como podemos observar na tabela 1, o município do Norte do Tocantins que mais teve área plantada em 2017, foi o município de Araguatins, com uma área total 2.195 hectares e em 2018 com 2965 hectares, seguido pelos municípios de Angico com 1.481 hectares plantados em 2.017, e 2.017 hectares plantados em 2018. No que se refere à área colhida, o município que mais se destacou foi Araguatins com uma área colhida de 317 hectares em 2017 e 2195 hectares em 2018. Grande parte dessa produção é destinada a produção de papel e celulose.

A produção de eucalipto, ocupa extensões de terras em vários municípios no Norte do Tocantins, inclusive no município de São Bento do Tocantins, onde moram muitas quebradeiras de coco babaçu, que direto ou indiretamente tiveram suas atividades impactadas devido essa produção. Nesse município as empresas responsáveis pela produção de eucalipto são a SINOBRAS Florestal e a Suzano Papel e Celulose.

Em São Bento do Tocantins, vários moradores têm a extração do coco babaçu como principal fonte de renda, ou como complementação da renda que é responsável pelo sustento da família. Um dos povoados do município, o Povoado Campestre, onde residem cerca de quinze (15) famílias que utilizam o coco e seus derivados para garantir o sustento. Para essas quebradeiras, a atividade representa também uma identidade. No caso, elas ainda não são organizadas em associações, trabalham por conta própria e de maneira coletiva. Nas palavras de uma das quebradeiras de coco deste povoado:

O coco pra mim é tudo, dele eu tiro o azeite, faço o carvão, vendo o bago. Criei meus filhos quebrando coco, e aprendi a quebrar coco com a minha mãe. No meu caso tudo que eu ganho é do coco, porque eu ainda não sou aposentada, já mexo com o apusento faz tempo, mais ainda não consegui. O coco aqui pra nós é importante para sustentar nossa família. Eu com o dinheiro vindo do coco criei filhos e hoje crio meus netos (Entrevista 01, realizada em 22 de setembro de 2019).

Essa comunidade (Povoado Campestre), já vive a mais de quinze anos no mesmo lugar, em pequenas propriedades rurais, cultivam mandioca, banana, feijão e criam galinhas para o sustento da família. Muito dos pais de família, trabalham nas empresas de eucalipto, e as mulheres se dedicam dentre outras atividades, a coleta do coco babaçu. Em um dos relatos é possível perceber a importância dessa atividade na vida

delas, “[...] *com o dinheiro que vendo do coco, eu paguei e pago o aluguel dos meus filhos que estudam na cidade, compro minhas coisas, ajudo meu esposo. O dinheiro mesmo sendo pouco, nos ajuda muito*”. (Entrevista 02, realizada em 22 de setembro de 2019)

No caso específico dessa comunidade, elas ainda não enfrentam conflitos no campo, até mesmo porque coletam o coco babaçu em suas próprias propriedades. Situação esta, que não ocorre com outras quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, que sofrem inclusive intimidação por parte de fazendeiros. De acordo com Rocha (2011), houve inclusive a contratação de jagunços por parte dos fazendeiros para vigiarem suas propriedades rurais, evitando assim que as quebradeiras de coco babaçu entrassem em suas fazendas. O que por outro lado gerou nessas mulheres uma resistência e as mesmas buscaram meios de enfrentar os opressores. E,

A medida que os fazendeiros/pecuaristas aumentavam as restrições e impedimentos de acesso aos babaçuais, as mulheres juntamente com suas famílias elaboravam um leque de estratégias de reação sendo uma das primeiras iniciativas os enfrentamentos coletivos para entrar em áreas proibidas a fim de retirarem o coco de dentro de suas propriedades. Em seguida, iniciaram mobilizações para enfrentarem os *jagunços* e impedir ou empatar as derrubadas de palmeiras de babaçu (ROCHA, 2015, p. 101).

As derrubadas dos babaçuais ocorriam paralelamente ao aumento da agropecuária no Bico do Papagaio, e isso ocasionou medo e insegurança para mães de família que retiram do coco o seu sustento diário. Essa situação de conflito, por outro lado, fez com que essas mulheres lutassem por seus direitos, organizando-se inclusive por meios de associações. Dessa luta organizada, surgiu também o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), em 1995. Um movimento organizado e consolidado, reconhecido nacionalmente, que reúne cerca de 300 mil mulheres extrativistas dos estados do Tocantins, Pará, Piauí e Maranhão, segundo dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT/2019).

De acordo com a CPT (2019), o MIQCB luta pelo direito à terra e à palmeira de babaçu, a fim de que essas mulheres possam trabalhar e sustentar suas famílias. O movimento também busca o reconhecimento das quebradeiras de coco babaçu como uma categoria profissional. Muitas lideranças das comunidades que coletam o babaçu vêm lutando pelo reconhecimento de seus direitos desde a implantação desse movimento. Uma das maiores representantes do movimento das quebradeiras é a dona

Raimunda Gomes da Silva (faleceu em 7 de novembro de 2018), ela foi indicada ao prêmio Nobel da Paz e recebeu o título de doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins.

Essa resistência, gerada também a partir de uma identidade coletiva, resultou na consolidação na Lei do Babaçu Livre, aprovada em 1997 no município de Lago do Junco - MA (localizado na região dos cocais). A lei garante ou deveria garantir não apenas na teoria, que as quebradeiras de coco babaçu tenham livre acesso ao uso e extração dos babaçuais, mesmo que estes estejam em propriedades particulares. Além disso, essa lei visa diminuir a derrubada das palmeiras.

Mesmo com a Lei do Babaçu Livre, muitas quebradeiras ainda não conseguem coletar os frutos nas propriedades privadas. Nem todas as mulheres que coletam o fruto dessa palmeira, estão organizadas nesse movimento, algumas comunidades ainda extraem o fruto e vendem sua mercadoria de maneira particular, como é o caso das quebradeiras do Povoado Campestre, em São Bento do Tocantins, que já falamos anteriormente.

O dia a dia dessas camponesas no campo, coletando o fruto da palmeira debaixo de sol, bem como, a perseguição por parte de fazendeiros, reflete a desigualdade social em que muitas famílias vivem na área em estudo, e em todo o território nacional, marcado pela desigualdade, contradição e a concentração fundiária na estrutura agrária brasileira (Oliveira, 2002). No que se refere ao trabalho diário das quebradeiras de coco babaçu (Figura 1), Dias (2005, p.9) explica que elas trabalham sentadas varias horas por dia sobre um fio de machado afiado preso pelas pernas, e com força batem o coco inúmeras vezes até ser quebrado. Essas mulheres geralmente saem de casa bem cedo e só retornam no fim da tarde, e levam consigo o alimento já preparado para nutrição de seus corpos.

Figura 1: Quebradeira de Coco Babaçu em um dia de trabalho, no norte do Tocantins
(Brasil)



Fonte: Arquivo dos autores (2020)

A extração e coleta do coco babaçu é uma atividade que foi e é repassada de geração para geração, o que contribui diretamente na criação de uma identidade coletiva, segundo Brito e Almeida (2017). Da Palmeira, as mulheres utilizam praticamente tudo, e transformam o produto em diferentes derivados e até mesmo em artesanatos. Segundo os autores:

Das folhas da palmeira aproveitam a palha para fazer quibano, balaio, peneira; do coco aproveitam o endocarpo e o mesocarpo para fazer azeite, farinha, carvão, brincos, colares e até farofa de gongo do coco, alimento muito apreciado com toque picante. Inventam, pois, a vida a cada manhã e, posto não serem trabalhadoras assalariadas, vivem do que podem produzir no dia, dependendo, desse modo, de encontrar o coco, quebrá-lo e de vender a sua produção nas associações ou no mercado, a “venda” – pequena mercearia local –, que serve como um atravessador (BRITO, ALMEIDA, 2017, p. 231).

A comercialização dos produtos oriundos da extração do coco babaçu é vendido tanto via associação e cooperativas, quanto de forma direta pelas quebradeiras. A coleta do coco babaçu para Dias (2005) é um sistema tradicional de subsistência conduzido por mulheres. Durante a estiagem as quebradeiras de coco armazenam grande quantidade do coco, geralmente dentro de casa ou no local onde moram, para extração diária da amêndoa do coco (Figura 2). Armazenam também para que no período de chuva possam ter como trabalhar e garantir seu sustento.

Figura 2: Coco babaçu



Fonte: REINALDO, Thayssllorranny Batista. Setembro de 2019.

A organização das quebradeiras de coco babaçu por associações, nos leva a compreender a importância do trabalho coletivo, da união e da luta pelos objetivos comuns ao bem da comunidade. E ajuda na compreensão da teoria de Chayanov (1974) quando fala que os camponeses, enquanto classe, podem se reunir em cooperativas coletivas para introduzir suas mercadorias no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Ou seja, é por meio do trabalho em conjunto, no caso das quebradeiras de coco, que elas conseguem colocar seu produto no mercado e sobreviverem e reproduzindo seus modos de vida, mesmo diante da reprodução ampliada do capital sobre seus territórios. A reorganização do território pelo capital, ocorre tanto por parte de fazendeiros, como por empresários nacionais e internacionais.

E como afirma Chayanov (1974), a lógica camponesa não é a de acumulação de capital, mas de reprodução de seu modo de vida, independente das relações capitalistas, sendo o trabalho familiar o principal pilar da organização camponesa. Essa realidade, de

resistência e luta no campo por camponeses, ocorre não somente no Norte do Tocantins, mas também no Distrito de Boane, em Moçambique, onde camponeses também se organizam em associações e cooperativas para se manterem no campo e garantir o sustento familiar (Mostraremos no próximo tópico). Portanto, mesmo sendo continentes diferentes, percebemos semelhanças na luta e nos usos da terra por parte dos camponeses, sujeitos que veem na terra, um meio de sobrevivência e continuidade da vida.

OS CAMPONESES DO DISTRITO BOANE EM MOÇAMBIQUE, RESISTÊNCIA E MODOS DE VIDA

Diferentemente do Brasil, em Moçambique a terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada, pois ela pertence ao Estado (Madamule, 2017), as condições de uso e aproveitamento do solo são determinadas pelo Estado. A terra tem como principal finalidade cumprir sua função social, entretanto, mesmo pertencendo ao Estado, em Moçambique já se encontram grandes empresas nacionais e multinacionais, que tem como principal característica a reprodução ampliada do capital, o que direto ou indiretamente tem impactado a vida da população local e seus modos de vida.

A agricultura familiar na África e particularmente em Moçambique assume um destaque com relativo peso, não só pelos mais de 70% da mão de obra empregue em relação à população ativa do país, mas porque é a grande fonte de vida para mais de 60% da população e garante a dieta dos mais de 28¹ milhões de habitantes.

Para Mosca (2014) o desenvolvimento de Moçambique está profundamente ligado ao setor agrícola com mais de 64% da população vivendo na área rural, sendo que aproximadamente 55% desta vivem abaixo da linha da pobreza. A agricultura é a principal fonte de renda do país, com grande incidência nas áreas rurais onde mais de 95% da população depende exclusivamente da agricultura e das condições climáticas vigentes. Os últimos anos da década de 90 do século XX e os primeiros deste século foram assolados por vários eventos climáticos extremos como secas e inundações cíclicas, no qual os agricultores estão entre os grupos mais expostos a estes eventos extremos, visto que, há uma dependência natural do trabalho sobre a terra para a sua sobrevivência.

1- Instituto Nacional de Estatística, quarto recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 (INE,2019).

A disponibilidade de terra arável e água são os requisitos básicos para produção agrária, em Moçambique apenas 5.6% do seu território apresenta condições favoráveis para a prática agrícola, dos quais apenas 2.6% têm capacidades de serem irrigáveis. Segundo a JA² e UNAC³ as estruturas de posse da terra em Moçambique são dominadas por pequenos agricultores, controlando mais de 95,19% do total da terra cultivada. O que torna o caso moçambicano bastante interessante no quesito da posse de uso é o aproveitamento da terra, ela é propriedade do estado “[...]A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada”,⁴ e por essa razão não pode ser vendida nem alienada, fato que não dá o garante integral aos camponeses sobre a posse dela.

A existência de um documento legal de posse de uso da terra em Moçambique, não inibe o estado ou os grandes investidores de tirá-la do camponês, sempre apoiado ao nome do desenvolvimento e emprego, principalmente pelo capital mineiro e agrário estrangeiro. O distrito de Boane se insere nessa lógica agrária nacional, maioritariamente familiar, pouco uso das tecnologias agrárias avançadas e sem grandes incentivos externos, tanto do estado quanto do setor privado. Com Pouco mais de 70% da sua população ativa dependente do cultivo da terra, feito de forma tradicional e com grande dependência das condições climáticas.

Neste distrito a agricultura é a atividade que ocupa a maior parte da população ativa com cerca de 67%, dos quais 55% trabalham por conta própria e 30% em regime de exploração familiar, sendo que o sector familiar ocupa cerca de 7.500 hectares, correspondente a 9,1% da superfície total do distrito e é aquela que mais emprega pessoas na agricultura, no total dos agricultores mais de 55% ~~de~~ são do sexo feminino (MAE, 2005; INE, 2010).

Os camponeses de Boane, tal como a grande maioria dos camponeses Moçambicanos tem enfrentado enormes dificuldades na questão do acesso e uso das terras agrícolas do distrito, fato que pode ser associado às iniciativas com vista à revolução verde na África. Na sua maioria esses incentivos estão assentos no paradigma

2- A JA (Justiça Ambiental), é um movimento social não governamental que luta pela preservação da Natureza, pela Justiça social e o acesso à terra.

3- A UNAC (União Nacional dos Camponeses) é um movimento de Camponeses, do sector familiar, que luta pela participação ativa dos camponeses no processo de desenvolvimento de Moçambique fundado em 1987 e registada em 1994. As mudanças políticas e económicas que se operaram em 1987 motivaram o surgimento deste movimento.

4- Artigo 3º da Lei de Terras 19/97 de Moçambique.

da modernização da agricultura, a partir da introdução de capitais externos, sem o alinhamento aos sistemas agrários dos camponeses locais Mosca (2014).

Ainda segundo Mosca (2014), as iniciativas da entrada do capital agrário estrangeiro, sem acompanhar as dinâmicas internas dos camponeses nacionais, trazem consigo uma carga pesada em desfavor ao meio rural a partir da usurpação (Land grabbing) das suas melhores terras, levando os camponeses ao êxodo para as cidades.

Pela lei da terra de Moçambique o estado é o guardião legal da terra, podendo cedê-lo para o seu uso por tempo indeterminado, mas essa é uma falsa presunção, visto que existem aqueles que a trabalham no dia a dia, fazendo desses proprietários consuetudinários que são na sua maioria os agricultores familiares. Mosca (2014) aponta esse cenário de hábitos no uso da terra em Moçambique:

nenhuma ocupação do solo deve ser realizada sem a devida indenização dos seus donos. Porém, os reassentamentos e ocupação de terras por grandes explorações florestais e de empresas agrícolas são, muitas vezes, implantados sem consideração pelos aspectos históricos e sociológicos envolvidos, como mudança de residência e local de trabalho, geralmente para zonas mais distantes dos mercados, dos serviços básicos, com maiores dificuldades de transporte e comunicações, para habitats que nem sempre se coadunam com os hábitos e formas de vida da população envolvida. (MOSCA, 2014, p. 74)

Os dias atuais são cada vez mais desafiantes para a classe camponesa, principalmente no que se refere ao capital mineiro, o que Mosca (2014) titula de a “febre dos recursos naturais” e a penetração do capital agrário. Esses fatos levaram a emergência de uma consciência de classe, que segundo Mosca (2014) não surge ligada a uma consciência política de classe camponesa, com o interesse de defender os seus interesses, mas são resultantes dos conflitos de terras, dos reassentamentos, da exclusão da pequena produção na política econômica, agrária e das faltas de apoio à produção.

Os pequenos agricultores de Boane, nos últimos anos, afastaram-se da terra produtiva com disponibilidade de água, em detrimento das grandes companhias agrárias de cultivo de banana, citrinos, etc.

Os movimentos associativos dos camponeses são a única barreira de defesa dos interesses da classe, todavia a carência de consciência política camponesa existe no imaginário da grande maioria dos camponeses, o que dificulta o seu acesso aos centros de poder e tomada de decisão.

O fato de a terra pertencer ao estado, é na opinião dos vários autores uma das razões do fracasso dos movimentos dos camponeses, em defesa dos seus interesses de classe, tendo em vista que a balança sempre pesa para os interesses do estado. Sendo que a posse da terra é uma questão econômica e política importante e um elemento integrante das políticas de desenvolvimento agrícola, rural e urbano. O estado monopoliza para que tenha o controle das ações e organizações dos camponeses, mesmo que elas sejam ainda incipientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise comparativa entre a realidade das quebradeiras de coco babaçu, no Norte do Tocantins e dos camponeses do Distrito de Boane em Moçambique, percebemos que a luta camponesa contra a reprodução ampliada do capital sobre seus territórios, é um problema global, que atinge diferentes comunidades e tem como característica a desigualdade social e a contradição. Percebemos ainda, que mesmo essas duas comunidades vivendo em continentes distintos geograficamente, e sobre uma organização fundiária totalmente diferente, os interesses capitalistas sempre prevalecem em detrimento aos interesses dos camponeses.

O estudo entre essas duas comunidades camponesas, contribuiu para percebermos como a teoria de Chayanov (1974) ainda se faz presente nos dias atuais, ao falar que os camponeses enquanto classe conseguem se reorganizar e resistir frente ao capitalismo, e uma das formas que encontram, é por meio do trabalho coletivo, a partir de associações e cooperativas. E tanto as quebradeiras de coco babaçu quanto os camponeses de Boane, têm se organizado coletivamente para defender seus territórios e modos de vida, contra aqueles que os oprimem.

É importante destacar que mesmo as quebradeiras de coco babaçu do Norte do Tocantins, não façam parte de uma associação ou cooperativa, as experiências daquelas que já se organizam por meios de associações inspiram as demais, para buscarem meios de se organizarem também. São camponesas, mulheres que labutam cotidianamente sol a sol para garantir o pão de cada dia, mesmo tendo fazendeiros as perseguindo, não desistem e tentam manter seus modos de vida e sua cultura viva.

Em relação à realidade camponesa de Moçambique, sobretudo em Boane, o associativismo por parte dos camponeses, acontece dentre outros motivos, por

intermédio de Organizações não Governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras, que buscam garantir por meio de associações e cooperativas os direitos básicos dos camponeses, e o uso e aproveitamento da terra por essas famílias. Todavia, é importante ressaltar, que devido os camponeses não serem os donos da terra (e sim o Estado), eles não podem por lei nacional de Moçambique vender a terra, mesmo sendo os donos consuetudinários, ou seja, podem plantar e morar, mas não são autorizados a vender.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos financiamentos dos projetos CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

REFERÊNCIAS

BARTRA VERGES, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **Geosul**, Florianópolis, v. 63, n. 32, 2017, p.230-248.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Mulheres de Fibra: As Estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um Marco**. Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2005. Dissertação (Mestrado).

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107-157.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Estatísticas setoriais: base de dados de agricultura.2008a**. Disponível em: <<http://ine.gov.mz>>. Acesso em: 14 Set. 2019.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil vida dilaceradas**. Curitiba-PR: Appris editora, 2018

MACHADO, Lia. OSORIO. **A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. n° 54, abril/junho, 1992.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Revista Nera – ANO 20, N°. 38 - Dossiê 2017 - ISSN: 1806-6755

MOREIRA, Rui. **A formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOSCA, J. (2014). **Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas**. Observatório do Meio Rural (OMR) – Maputo, Moçambique, 2014. Retrieved from <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers>

MINISTERIO DE ADMINISTRACAO ESTATAL, Perfil do Distrito de Boane, Província de Gaza, Maputo, edição 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - Um retorno aos dossiês**. Agrária, São Paulo, n°. 12, pp. 3-113, 2010. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12p3-113>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo Brasileiro no Final dos anos 80. In: _____. STÉDILE, João Pedro. (org). **A Questão Agrária Hoje**. Questão 3° ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.p. 45-67.

REINALDO, Thayssllorranny Batista. **FRONTEIRA E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA LEGAL: a experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto Nacional/TO (1963-2016)**. Porto Nacional: UFT, 2012. 206 f. (Dissertação).

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro e fora da lei**. Ed. Paulinas: 1990. ISBN: 85-050178-7

PINTO, Luís Carlos Guedes. **Reflexões sobre a política Agrária Brasileira no Período 1964-1994**; ano. 25 n°. 1 jun/ab4/ 1995.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede sociotécnica do Babaçu no Bico do Papagaio-TO: Dinâmicas da relação sociedade natureza e estratégias de reprodução agroextrativista**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011. Tese (Doutorado)

SHANIN, Teodor. **La Classe Incómoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

Comissão da Pastoral da Terra (CPT), 2019. Acesso em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 18 de outubro de 2019, às 15h25min. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>